



O CONCEITO DE MEMÓRIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CONCEPÇÃO DA TRADUÇÃO COMO RESGATE

Zelina Beato*

Resumo

A desconstrução de Jacques Derrida foi marcada de maneira indelével pela psicanálise freudiana e aqui, dois textos de Derrida em torno do pensamento freudiano trabalham de forma mais incisiva as noções de escrita, arquivo e tradução, importantes para qualquer análise da relação que une memória, tradução e história. Esse encontro de Freud e Derrida abre-nos a possibilidade de pensar uma noção de arquivo que não se reduz à memória como reserva consciente, nem como rememoração e radicalmente redefinindo a tradução como leitura contingente - uma espécie de contra-assinatura do original.

Palavras-chave: Escrita; Memória; Tradução.

*Professora Titular na
Universidade Estadual de Santa Cruz
Programa de Pós-Graduação em Letras
Linguagens e Representações
Doutora em Linguística Aplicada: Tradução pela
UNICAMP
zell.beato@gmail.com

Pouco mais de um século após seu aparecimento, testemunhando sua inegável força, vários acontecimentos registram um interesse sempre renovado pelo pensamento de Sigmund Freud, esse *unheimlich*, já familiar, mas sempre, e não menos, estranho e inquietante. Essa última década produziu vários eventos: sejam de teor comemorativo - o centenário d'*A Interpretação dos Sonhos* celebrado 1999; de teor editorial - novas traduções⁵⁷ ou publicações⁵⁸ que refletem sobre o acontecimento tradutório; ou ainda, diria talvez, de teor acadêmico⁵⁹. Face a essas produções [e tantas outras aqui não citadas] que se enfeixam a propósito do texto da psicanálise, é pertinente questionar o que impulsiona essa renovada demanda dos arquivos freudianos, essa busca compulsiva por superar uma experiência de perda que nos é imposta por seu idioma. Se o alemão não se constitui numa língua de alcance proporcional àquele do saber psicanalítico, não é, portanto, surpreendente que seja a tradução o agente incumbido de preencher esse lapso, e promover a sobrevida, em relação às diferentes comunidades linguísticas que acolheram a psicanálise. Diante dessa tarefa crucial exercida pela tradução no processo de transmissão e de construção de seus conhecimentos, é bastante compreensível que essa mereça tanta atenção daqueles que estudam a obra psicanalítica. O evento tradutório, sem dúvida, responde de forma particular a esse pedido do original - que se promova sua sobrevida.

Não tanto com a intenção de discutir quaisquer questionamentos psicanalíticos em particular, nem mesmo de discutir a qualidade de quaisquer traduções, o que me veio como oportuno aqui é refletir um sintoma que emite tantos sinais e que testemunha a inquietude em torno do pensamento freudiano, da força de seus originais, de seus conceitos, quando essa inquietude se materializa de uma maneira tão forte no anseio por transmitir seu pensamento, por traduzir seus originais, por decifrar seus arquivos, por inventariar seus conceitos, por esmiuçar sua “língua”. Esse é um sintoma que acomete todo leitor que busca resgatar uma história original. O que é esse mal de arquivo, essa febre arqueológica compulsiva, para usar

⁵⁷Na França, produziu-se nova tradução coordenada por Jean Laplanche. Na Inglaterra, foi publicada uma nova tradução coordenada por Adam Philips. Novas edições foram publicadas, como a de uma *Revised Standard Edition* por Mark Solmes em 2013 e uma possível *Edição Histórico-Crítica*, esteve nos planos nos esforços de Ilse Grubrich-Simitis- psicanalista alemã, que promoveu um estudo minucioso dos manuscritos de Freud. No Brasil, a tradução de Freud de que hoje se dispõe tem sido objeto de críticas contundentes. Realizada há algumas décadas, foi feita não a partir do alemão, mas a partir da tradução de Stratchey. Uma nova tradução das obras de Freud, dirigida por Luiz Alberto Hanns a partir do alemão, iniciou-se no segundo semestre de 2004, Em março de 2010, foram publicados os três primeiros volumes; ao todo serão 20.

⁵⁸A publicação, em 2002, de *Le Vocabulaire de Freud*, por Paul-Laurent Assoun e, em 2003, *L'Écriture de Freud*, por Janine Altounian.

⁵⁹Para promover o debate em torno destas questões, a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo organizou um programa de eventos em agosto e setembro de 2003, com a participação de Luiz Alberto Hanns, o coordenador da tradução para o português, de Ilse Grubrich-Simitis e de Sergio Paulo Rouanet que lançou, pela Companhia das Letras, *Os Dez Amigos de Freud*. Nesse evento de caráter acadêmico, incluo minha própria tese.

uma imagem cara ao próprio Freud, que busca exumar o momento mágico da impressão de seus arquivos, da impressão original:

Uma impressão que não fosse quase o arquivo, mas que se confundisse com a pressão do passo que deixa sua marca ainda viva sobre um suporte, uma superfície, um lugar de origem. Quando o passo ainda é um com o subjetível. No momento em que o arquivo impresso não se destacou ainda da impressão primeira em sua origem singular, irreproduzível e arcaica. No instante em que a marca ainda não foi deixada abandonada pela pressão da impressão. No instante da pura auto-afecção, na indistinção entre o ativo e o passivo, o que toca e o que é tocado (DERRIDA, 2001b:126).

A estreita relação entre a teorização de Freud e o desafio que impõe a qualquer processo de tradução abre espaço para se pensar o que existe nessa escrita freudiana, na forma como apresenta seus textos, nas escolhas e decisões que tomou enquanto preparava o que se tornaria o grande arquivo da psicanálise.

A violência envolvida no processo do arquivamento começa no momento mesmo da instituição, da escolha, da forma, da língua, da estrutura de escrita com os quais promover o arquivamento. Todo arquivo começa no poder de guardar e reservar, mas também de instituir, de fazer a lei, fixar e demandar que seja respeitada. Seus conceitos testemunham essa violência instituidora. Retornar aos manuscritos é apostar mais alto, é buscar mais garantias, uma paixão que não escapou à percepção de Freud, de Ilse Grubrich-Simitis e tampouco de Derrida. Nesse retorno aos originais, aos manuscritos, à assinatura de Freud, sente-se a paixão de quem se propõe a arqueologizar ruínas. Como sonha mesmo Freud, ao relatar a parábola que descreve a entrevista de anamnese: “*findas as escavações arqueológicas, trabalho acabado, as pedras falam: Saxa loquuntur*” (Freud, 1976 [1896], vol. III: 218). Para Freud (1937, Vol. XXIII) essa tarefa arqueológica de recordar (traduzir) o arquivado é também em grande parte a tarefa do analista, que como um arqueólogo, é chamado a caminhar pelo cenário de recordação do paciente, que de fato a experimentou e reprimiu. O analista o faz somente através dos traços que pode identificar nos sonhos, nas associações livres, nos lapsos de quem lhe fala. Oportuno lembrar que,

[...] o analista não experimentou nem reprimiu nada do material em consideração; sua tarefa não pode ser recordar algo. Qual é então sua tarefa? Sua tarefa é a de completar aquilo que foi esquecido através dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, *construí-lo* [...] Seu trabalho de construção, ou, se preferir, de reconstrução assemelha-se muito à escavação, feita por um arqueólogo, de alguma morada que foi destruída e soterrada, ou de algum antigo edifício.

O retorno aos originais arquivados foi percebido por Derrida, como um mal de arquivo, uma febre traduzida por uma compulsão, como um arder de paixão.

É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiva. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto. Nenhum desejo, nenhuma paixão, nenhuma pulsão, nenhuma compulsão, nem compulsão de repetição, nenhum “mal-de”, nenhuma febre, surgirá para aquele que, de um modo ou outro, não está já com mal de arquivo. Ora, o princípio da divisão interna do gesto freudiano e, portanto, do conceito freudiano do arquivo é que no momento em que a psicanálise formaliza as condições do mal de arquivo e do arquivo ele próprio repete a mesma coisa à qual resiste ou que faz de objeto. Sob o lance. Promete mais (2001b: 118-9).

Na esteira dessa febre, desse mal de arquivo, Ilse Grubrich-Simitis promoveu uma minuciosa investigação dos manuscritos de Freud⁶⁰, a partir de um estudo comparativo com os textos editados. Em seu estudo, a autora dedicou-se especialmente a traçar a história das edições e a mapear a gênese de seu pensamento, confrontando os manuscritos com os textos publicados, cartas, notas de trabalho, versões, textos inéditos, com a intenção declarada de assim contribuir para uma futura edição histórica-crítica de suas obras completas. Em seu relato, Grubrich-Simitis deixa escapar seu encantamento diante da possibilidade de ter, diante de si, uma prova material do momento em que estaria nascendo o texto freudiano. Grubrich-Simitis, de uma maneira solene e reverente, descreve, data e materializa o pensamento de Freud. Diante do documento manuscrito com as anotações que Freud supostamente usaria para ordenar seu pensamento e desenvolver suas teorizações num ensaio, a autora está exumando o momento exato, mágico do nascimento da obra que viria a ser conhecida como *Totem e Tabu*. Reiterando a citação do *Mal de arquivo* que fiz há pouco, como se estivesse diante de “uma impressão que não fosse quase o arquivo, mas que se confundisse com a pressão do passo que deixa sua marca ainda viva sobre um suporte, uma superfície, um lugar de origem”. Há trechos em que essa pesquisadora segue os traços de um momento ainda mais anterior, mapeando as leituras que orientaram Freud, relatando suas impressões e seus achados em relação às notas de trabalho que examinava.

Uma grande parte do maço compõe-se, entretanto, de notas de leitura referente, a cada vez, a uma única e mesma fonte. Sobre essas páginas, Freud anotava o autor e o título do livro que estava estudando. Na margem esquerda, ele repetia as páginas nas quais havia encontrado alguma coisa que lhe parecia significativa, retinha o contexto em questão com a ajuda de algumas palavras-chave, sublinhava muitas coisas ou reproduzia essa ou aquela citação no enunciado original, portanto na ocasião também em inglês ou em francês; em outra, ele anotava indicações literárias promissoras e as colocava de tempo a outro em relevo por meio de caracteres gregos. Durante a expedição de leitura apaixonada que não durou realmente mais

⁶⁰Documentos que se encontram na Biblioteca do Congresso em Washington; nos *Sigmund Freud archives*, em Nova Iorque, no Museu Freud em Londres, dentre outros.

que algumas semanas, no máximo alguns meses, ele seguia tais indicações bibliográficas, como testemunham outras notas de leitura, que concerniam, por exemplo, as obras e as teses de J.J. Atkinson, Ch. Darwin, E. Durkheim, J.G. Frazer ou A. Lang – perseguia sua leitura por assim dizer, de autor em autor, de livro em livro. (Grubrich-Simitis, 1997: 149-50).

Em vários momentos, essa pesquisadora trata os manuscritos como um cenário arqueológico, e a si mesma como uma arqueóloga munida de martelo e cisel. Em alguns trechos, ainda enquanto descreve as notas de trabalho, chega mesmo a falar em “exumação”: “existem *bel et bien* notas de trabalho ainda desconhecidas até hoje, não ainda exumadas” (1997:117).

Inegavelmente, há uma inquietação direcionada aos escritos freudianos em particular, uma inquietação marcadamente tradutória que, em última análise, busca decifrar o pensamento que ele tentou aprisionar em sua escrita, no limite semântico de seus conceitos. Não podemos nos esquecer de que o desejo de arquivamento só é possível diante da possibilidade de esquecimento, de perda irreparável. O arquivo *tem lugar* na falta originária e estrutural da chamada memória viva (DERRIDA, 2001b:22). O poder da consignação trabalha para coordenar um único *corpus* em que os elementos se organizam na busca por uma unidade ideal. Mas a pulsão de destruição, de aniquilamento, a demoníaca pulsão de morte ameaça o desejo de arquivo. É a isso que Derrida chama “mal de arquivo”. O mal de arquivo nomeia, pois, tanto o desejo e a necessidade compulsivos de arquivar, como a força anarquizante de destruir o arquivo antes mesmo que ele seja consignado. Estar em “mal de arquivo” é estar contaminado por uma febre arqueológica de reunião e unidade tanto quanto pela compulsão de desvendamento, de decifração e de tradução dos traços, das cinzas deixadas pelas ruínas arqueológicas.

Neste texto pretendo construir um caminho que une e, principalmente, compromete os conceitos de memória, de arquivo e de tradução com seus desdobramentos para uma almejada reconstrução histórica. Aí enlaçada a bagagem de dois grandes pensadores, duas grandes assinaturas, Sigmund Freud e Jacques Derrida – aquele numa cena de escrita e esse numa cena de tradução. De seus arquivos teóricos, quero pinçar justamente os conceitos de arquivo e memória e as consequências epistemológicas para a tradução.

A divisão do sujeito que arquiva

O ato de assinar, uma obra ou um texto, não se reduz à inscrição de um nome próprio sobre um arquivo. A assinatura – que parece garantir uma propriedade ou esforça-se por recuperar a propriedade perdida pela e na escrita – marca, antes de tudo, uma divisão. A escrita traz em sua estrutura a capacidade de se separar de seu autor, de funcionar em sua ausência, mesmo diante de sua morte. Meu texto pode continuar a ser lido, mesmo diante da minha morte

empírica, mas, sobretudo, diante da minha ausência. Nenhum leitor pode estar certo de que, no momento da leitura, o autor esteja de fato vivo em algum lugar, nessa ausência absoluta que podemos chamar de morte. Falar de escrita é falar de morte.

Aparentemente, a assinatura teria por função garantir a autoria. O nome que figura na capa de uma obra é uma marca que assegura a propriedade; e deve haver, em algum lugar dos arquivos da editora, uma assinatura propriamente sobre um documento a garantir que o que ali está escrito pertence ao nome a quem o texto é atribuído. A assinatura, o nome próprio, portanto, funciona como parâmetro, tanto para orientar e limitar a leitura, como para denunciar que o autor está, desde sempre, morto. Seu nome não protege seu texto da violência da leitura. Texto e autor apartados de uma possível presença a si, una e indivisível.

Mas, seria simples atribuir à assinatura o poder assassino justo porque ela é escrita, instrumento suplementar, porque está inserida no perigo mortal que a escrita representa. Não é sem razão que pensamos que o eu-aqui-agora da enunciação não é reproduzido pela assinatura – como se pudesse estar a salvo da catástrofe da repetição, o que não é verdade. A possibilidade da morte e da repetição, estruturais na escrita, é a mesma que participa da estrutura da assinatura, da memória e do arquivamento – poder de repetição, de finitude e de morte – sem o que não haveria a noção de tempo. Do mesmo modo que a assinatura, a memória e o arquivo não passam de uma promessa de repetição, prometem recuperar o momento presente, a experiência viva.

Se, como sabemos, o sujeito da escrita é um sujeito dividido e duplo, se não existe pontualmente, se não existe quando entendemos com isso alguma “solidão soberana”, não há como garantir um signatário único que daria ao seu arquivo um fechamento atestado por sua assinatura, por seu eu-aqui-agora da enunciação. A garantia de autoria permanece no campo da promessa. A escrita já está, pois no nascedouro, contaminada pela assinatura de um outro. A leitura de um arquivo, de um texto supostamente assinado, tem valor de contra-assinatura. O texto apela por uma contra-assinatura do leitor – texto aberto ao outro, à sua leitura violenta, à sua tradução.

Um texto não está nunca fechado em si mesmo, a despeito da força com que uma assinatura parece selar sua propriedade. Se assim fosse, perderia sua condição de texto em nome de uma singularidade absoluta, diante de um fechamento sobre si mesmo a tal ponto idiomático, que tornaria inviável qualquer leitura, qualquer tradução. É assim que a assinatura permanece endividada, tanto pelo texto original em relação ao texto leitor, quanto o texto leitor, que se proclama herdeiro do texto original, da “primeira” assinatura. No caso de um leitor que traduz o texto de um outro, podemos ver uma relação muito clara entre dois textos e entre duas assinaturas. “A tradução torna-se então necessária e impossível como efeito de uma luta pela apropriação do nome, necessário e interdito no intervalo entre dois nomes absolutamente próprios” (Derrida, 2002:19). O leitor chamado a contra-assinar o texto que lê e o tradutor

convocado a uma fidelidade que se sabe de antemão sempre infiel ao texto que traduz não podem apresentar uma leitura respeitosa, denunciada inclusive no prefixo “contra” (Bennington, 1996:119) que deve nos fazer entender o poder de contestação que abre qualquer possibilidade de leitura – o gesto necessariamente subversivo, infiel e parricida de ler e traduzir.

Foi nessa época, por volta de 1967, que comecei a ler sua obra, especialmente *De la grammatologie* e *L'écriture et la différence*, como todos os estudantes de letras da minha geração que se interessavam pela literatura de vanguarda, pela linguística de Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson. A subversão consistia, então, em afirmar que o sujeito humano é determinado pela linguagem, pelas funções simbólicas, pelo destino de uma “carta/letra”, ou de um significante, ou ainda, pela escrita anterior à fala e, enfim, pela existência do inconsciente no sentido freudiano (DERRIDA & ROUDINESCO, 2001:12, minha tradução)⁶¹.

Ao que Derrida emenda:

Fiel e infiel, como tens razão! Eu me vejo, frequentemente, passar muito rápido diante do espelho da vida, como a figura de um louco (ao mesmo tempo cômico e trágico) que se mata para ser infiel por espírito de fidelidade [...] É verdade, eu sempre me reconheci, quer se trate da vida ou do trabalho, na figura do herdeiro – e, cada vez mais, de maneira mais assumida, frequentemente, feliz. Para me explicar de forma insistente com esse conceito ou com essa figura do legatário, cheguei a pensar que, longe de um conforto assegurado que se associa um pouco rápido demais a essa palavra, o herdeiro deveria sempre responder a um tipo de dupla injunção, a uma tarefa contraditória: uma citação [assignment] contraditória: é preciso primeiro saber e saber *reafirmar* o que vem ‘antes de nós’, e que, portanto, recebemos antes mesmo de escolhê-lo e de, nesse aspecto, nos comportarmos como sujeitos livres. Sim, *é preciso* (e esse *é preciso* está inscrito mesmo na herança recebida), é preciso tudo fazer para se apropriar de um passado que, no fundo, sabemos inapropriável, quer seja, além disso, da memória filosófica, da precedência de uma língua, de uma cultura e da filiação em geral. Reafirmar, o que isso quer dizer? Não apenas aceitá-la, essa herança, mas o relançá-la de outra forma e mantê-la viva. [...] Essa reafirmação que ao mesmo tempo continua e interrompe, assemelha-se, ao menos, a uma eleição, a uma seleção, a uma decisão. Tanto a sua *como* aquela do outro: assinatura contra assinatura. Mas eu não me servirei de nenhuma dessas palavras sem lhes rodear de aspas e de precauções. A começar pela palavra “vida” (Ibidem, p.14-15).

O poder que se confere à assinatura e à contra-assinatura tem consequências fortes nessa cena de herança teórica - a herança freudiana com a qual Derrida se confronta, a cena de leitura como tradução que marca a aproximação de Derrida e Freud. A violência da leitura que Derrida não nega é sentida na resistência que sofre sua escrita, contra a qual se levanta o argumento de que o que faz a desconstrução é destruir aquilo que toca, desqualificar ou diminuir a força dos ensinamentos sobre os quais ela fala alguma coisa.

⁶¹Declaração de Elizabeth Roudinesco em seu diálogo com Derrida. Doravante, a menos que os tradutores tenham sido citados na bibliografia, a tradução terá sido minha.

Em primeiro lugar, vou concentrar-me de maneira mais pontual em dois textos que Derrida escreveu a propósito da psicanálise freudiana: “Freud e a cena da escritura”, de 1967, e o livro *Mal de arquivo*, de 1995, com a finalidade de entender a estreita relação tradutória que une Freud e Derrida. O texto de 1967 foi o primeiro texto que Derrida escreveu a partir do pensamento freudiano e, justamente por isso, nele encontramos noções seminais que marcariam de forma profunda o pensamento da desconstrução, quanto trouxeram as sementes de tudo o que Derrida reiteradamente afirmaria em seus textos subsequentes a propósito da psicanálise. Além disso, esse texto trabalha de forma mais incisiva as noções de escrita, arquivo e tradução, importantes para a reflexão que proponho aqui.

Arquivo e tradução

Consideremos que a psicanálise tem toda a sua história marcada pela noção de tradução – para Ginette Michaud, “...é inegável que desde o começo da psicanálise, de fato, desde os primeiros textos de Freud, estabelece-se uma ‘relação íntima entre a tradução e o objetivo da psicanálise que é a tentativa de tradução do inconsciente’” (1999:17). Nesse encontro entre psicanálise e tradução, a desconstrução se insere de forma violenta e subversiva de maneira a não deixar intactas nem uma e nem a outra. Como sempre afirmou Derrida, “e a questão da desconstrução é também do começo ao fim a questão da tradução e da língua dos conceitos, do *corpus* da metafísica ocidental” (apud Ottoni 1998, p.19). No texto de Derrida, em torno de Freud, o fio que amarra o encontro entre psicanálise e desconstrução é, pois, um arquivo e a possibilidade de sua tradução. De qualquer forma, ao expandir o problema para qualquer arquivo resgatamos a violência de todo processo de arquivamento que começa no momento mesmo de sua instituição, da escolha, da forma, da língua, da estrutura de escrita com as quais promover o arquivamento. Todo arquivo começa no poder de guardar e reservar, mas também de instituir, de fazer a lei, fixar e demandar que seja respeitada. Qualquer corpo conceitual é testemunha dessa violência instituidora. Não podemos nos esquecer de que o desejo de arquivamento só é possível diante da possibilidade de esquecimento, de perda irreparável

Temos *já* um conceito de arquivo? Possuímos já um significado homogêneo e garantido do que seja um conceito ou uma palavra como “arquivo”, num momento em que, mais que nunca, as formas de arquivamento real e virtual, as formas e os entendimentos sobre os sistemas de comunicação cibernéticos colocam-nos problemas éticos, jurídicos e sociais ainda impensados, arrolando a definição dos esquemas de leitura e interpretação, de decifração e tradução a partir de um *corpus* cuja unidade, identidade e homogeneidade é, já e sempre, pressuposta? Essas são, em resumo, as principais questões que Derrida levanta em *Mal de*

arquivo (2001b), e penso mais detalhadamente no modelo teórico usado por Freud para explicar a memória como arquivo interno a partir do qual a fala produziria sua tradução.

Se Freud sofreu do mal de arquivo, se seu caso concerne a perturbação do arquivo, não é diferente se tratarmos, simultaneamente no mal ou na perturbação de arquivo em que vivemos hoje, dos sintomas mais leves ou das grandes tragédias holocásticas de nossa história e de nossa historiografia moderna: de todos os revisionismos detestáveis às mais legítimas, necessárias e corajosas re-escrituras da história (DERRIDA, 2001b:117).

Nesse contexto resgata-se aqui uma política anti-mimética da tradução que questiona a integridade soberana do original tanto quanto a capacidade de resgate inocente de significados ali arquivados. Essa perspectiva tradutória implica diretamente a compreensão da história humana como leitura sujeita às contingências tradutórias de sujeitos afetivos, afetados por traumas, por razões, por mal de arquivo, pela falta ou como propõe a revista, por descontinuidades, contradições e heterogeneidades.

A memória de Freud

O texto *Freud e a cena da escritura*, traduzido por Maria Beatriz Marques Nizza da Silva e editado pela Perspectiva em 1971, está inserido num livro, e num momento de seu pensamento, em que Derrida inaugura o que poderíamos chamar de a desconstrução da filosofia, isto é, “aquilo que a filosofia deve esconder para permanecer filosofia, precisamente a noção de ‘presença’”. Em torno da noção de presença, “destino último da filosofia”, estabeleceu-se todo o cenário, a cena ou o palco, no qual à escrita foi destinado um papel secundário, mero co-adjuvante. Nesse momento de seu pensamento, e em especial em “Freud e a cena...”, Derrida fazia um exame cuidadoso do tratamento dado à escrita em todo o pensamento ocidental, da forma como, sintomaticamente, à escrita é destinado um lugar secundário de mero suplemento externo de uma presença a si interna. Derrida vai nos conduzir num desmonte dessa noção a partir mesmo do exame da noção de signo que ele leva adiante na *Gramatologia*.

Não há como não ligar, ao gesto empírico da tradução, as dificuldades teóricas da questão do signo como presença. Alan Bass soube tão bem defini-lo: “Pode, *qualquer* tradução, significar a mesma coisa que o texto original?” (BASS, 1982) A questão crucial é exatamente a de que o signo compõe-se de um significante e de um significado, isto é, um significante sensível como veículo de ligação à sua parte inteligível. Ou ainda, o significado material como simples referente a um conceito transcendental que existiria presente a si e independente da linguagem. Se é inegável que essa diferença entre significante e significado não é pura, é

incontornável o reconhecimento de que pura não pode ser também a tradução. Tradução, necessariamente, como transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro (DERRIDA, 2001a:26).

Inegável que desde os primeiros textos Derrida tematiza a questão da escrita sem, contudo tê-la esgotado. Em cada texto não é possível esquecer os enlaces e as tramas que se formam em torno de uma palavra quando ela está longe de seu “estado de dicionário”, como diria Drummond, porque se entrelaça com tudo que lhe é seguinte e precedente. E, justamente nesses textos, o que faz Derrida é deslocar o sentido da palavra escrita para tratá-la num sentido mais amplo. Segundo Derrida, o logocentrismo, em sua repressão da escrita em favor da fala, funda a metafísica da presença. A escrita está perigosamente unida à ausência em oposição à fala que por sua vez anuncia a presença. No momento da fala, o eu-aqui-agora do falante é atestado por sua presença, enquanto que, na escrita, o escritor deve estar ausente para o leitor. À fala é associado o sopro da vida: à escrita, seus restos mortais, o cadáver das palavras. Essa acusação contra escrita é tão antiga quanto a filosofia ocidental: em *Fedro*, Platão condena a escrita como uma cópia bastarda da fala, sujeita a produzir mal-entendidos porque o escritor não está presente para explicar seus significados. Derrida desconstrói essa velha dicotomia, escrita e fala, e não o faz pela simples inversão do privilégio, mas mostrando que a ameaça atribuída à escrita é igualmente imputável à fala. Essa ameaça repousa na repetibilidade da escrita, na sua iterabilidade; uma vez que essa capacidade de ser repetida em qualquer lugar implica sua deserção de seu ponto de origem. A mesma iterabilidade é requerida pela fala: a palavra falada deve ser usada repetidamente por outros a fim de adquirir significado social; do contrário, não passaria de um grunhido ininteligível, ainda que originário. No argumento de Derrida, a fala, tanto quanto a escrita, é composta de marcas iteráveis, destinadas a abandonar o falante e a perder-se, promiscuamente, de voz em voz, de orelha em orelha (ELLMAN, 2000:1-2). De qualquer forma, mesmo que deslocando o sentido de escrita, o que faz Derrida é pensar a escrita – e eu enfatizo que ele o faz em especialmente referindo-se à escrita fonética – em seu funcionamento, contraposta à fala, no jogo da presença de uma em oposição à ausência de outra. Isso é pertinente no contexto de “Freud e a cena da escrita” a partir do tratamento dado por Freud. Para Derrida, também Freud repete o gesto metafísico de desprestigiar a escrita, mesmo que em sua explicação para o funcionamento da memória ele desmonte a dicotomia.

Vamos à história desse percurso.

De 1895 a 1925, do *Projeto de uma psicologia* à *Nota sobre o bloco mágico*, Freud se lança numa busca obstinada por um modelo que pudesse explicar o funcionamento do aparato psíquico. A princípio, como lemos no *Projeto*, sua tentativa estará apoiada numa teorização científico-naturalista, tomando os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados. Isso iria significar o abandono da noção de memória como estreitamente dependente das que eram conhecidas na época como “células de percepção” e “células de

memória”. No *Projeto*, Freud neurologista ensaiará a ruptura definitiva com a racionalidade médica: uma trajetória do corpo anátomo-patológico e do corpo biológico ao corpo representado.

Trinta anos depois da redação do *Projeto*, quando escreve *Uma nota sobre o bloco mágico*, Freud, distanciando-se cada vez mais de uma explicação científico-naturalista, encontrará num brinquedo de criança, que conhecemos como lousa mágica um modelo com o qual descrever o funcionamento da memória. Aquilo que começou no livro do *Projeto* como um sistema mecânico de rastros ou traços transformar-se-á, pouco a pouco, de forma sofisticada, numa estrutura de escrita. Como explica Derrida, Freud oferece uma descrição detalhada de como aconteceriam os registros nas diferentes camadas psíquicas e de que forma os registros da memória não são um texto fixo, mas, antes, inscrições passíveis de rearranjo. O que é fascinante nesse percurso de Derrida sobre os textos de Freud é ver-se definir a memória como rastros e diferença, e não como simples presença. Nessa metáfora, o rastro ou traço é o que esboça uma representação para a memória e que foge ao desejo de totalidade típico do pensamento metafísico. É essa “abertura freudiana”, esse modelo metafórico que desafia a noção de presença, que introduz a civilização ocidental no desconhecido terreno do inconsciente. A partir do recurso a uma máquina de escrita infantil denominada “lousa mágica”, vê-se desenrolar uma revisão do sentido de escrita, que não pode mais ser entendida como transcrição direta de um discurso que lhe seria supostamente precedente.

Desde Platão, a escrita aparece no papel de mera transposição de um *logos* original, um eco enfraquecido como manifestação da não-presença. Em toda obra de Derrida, um dos passos em direção àquela citada abertura gramatológica é justamente o exame desse tratamento dado à escrita, ou melhor, a repressão histórica da escrita em todo o pensamento ocidental. Repressão que se justifica na ameaça que essa pode significar à noção de presença. Segundo Derrida, é justamente esse recalque, que não significa absolutamente uma exclusão (o retorno do recalcado anuncia justamente a falência do processo de recalçamento) que permitiu o nascimento da filosofia como *episteme* e da verdade como unidade do *lógos* e da *phoné*.

Derrida vai dar especial atenção à questão da metafóricidade, da prótese externa, quando se trata de usar a noção de escrita propriamente dita como modelo metafórico para ilustrar o funcionamento do registro psíquico, num jogo entre o interno da memória viva e o externo da prótese auxiliar. A descrição tópica e econômica do psíquico, na sua escolha metafórica, estava limitada pelos recursos técnicos então disponíveis.

A estrutura do aparelho psíquico será representada por uma máquina de escrita. Que questões essas representações imporão a nós? Não devemos nos perguntar se um aparelho de escrita, por exemplo, aquele descrito por Uma nota sobre o bloco mágico, é uma boa metáfora para representar o funcionamento do psiquismo, mas sim que aparelho é necessário criar para representar a escrita psíquica e o que

significa, quanto ao aparelho e quanto ao psiquismo, a imitação projetada e liberada numa máquina de algo como a escrita psíquica. Não se o psiquismo é realmente um tipo de texto, mas, o que é um texto e o que deveria ser o psíquico para ser representando por um texto? Visto que, se não há nem máquina nem texto sem origem psíquica, não há psíquico sem texto. Enfim, que relação deve existir entre o psíquico, a escrita e o espaçamento para tornar possível tal passagem metafórica, não apenas, nem em primeiro lugar, no interior de um discurso teórico, mas na história do psiquismo, do texto e da técnica? (DERRIDA, 1967: 225).

É notável que um texto de 1967, em princípio uma conferência dirigida à comunidade psicanalítica, uma das leituras mais importantes que Derrida produziu a propósito da obra freudiana, antecipe uma questão que veríamos retornar cerca de trinta anos depois, quando confrontada com outra conferência, pronunciada em 1996 num colóquio internacional organizado, novamente, pela comunidade psicanalítica: a *Sociedade Internacional de História da Psiquiatria e da Psicanálise*, o *Museu Freud* e o *Instituto de Arte Courtauld*. Como invariavelmente acontece, também essa conferência transformou-se em livro, *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, publicado no Brasil após tradução de Cláudia de Moraes Rego, em 2001. Três décadas separam “Freud e a cena da escrita” e *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. E aquele mesmo questionamento do primeiro texto se repete e se impõe no segundo. Uma questão crucial que põe em evidência o tema do arquivo; do arquivamento. E nesse caso, não apenas *na* psicanálise, no registro da memória, no registro e tradução de seus fundamentos teóricos, mas também, no arquivamento *da* psicanálise, no registro de sua história, “de sua prática institucional e clínica, dos aspectos jurídicos, acadêmicos e científicos, dos imensos problemas de publicação e tradução que conhecemos” (Ibidem, p. 27).

Na introdução ao livro *Mal de arquivo*, Derrida prepara o terreno sobre o qual fará uma reflexão em torno do conceito de arquivo e sua estreita relação com a psicanálise, envolvendo temas como memória, arquivamento, interpretação, historiografia, tecnologia, impressão, ao questionar:

Numa medida que ainda resta por determinar, a instituição e o projeto teórico da psicanálise, suas representações tópicas e econômicas do inconsciente pertencem a um momento na história da técnica e, sobretudo aos dispositivos ou aos ritmos daquilo que chamamos confusamente a “comunicação”. Que futuro terá a psicanálise na era do correio eletrônico, do cartão telefônico, da multimídia e do cd-rom? Como falar de uma “comunicação dos arquivos” sem tratar primeiramente do arquivo dos meios de comunicação (2001b:8)

Nesse estudo da metaforicidade em Freud, Derrida antecipa, pois, a possibilidade de pensar a necessidade do pai da psicanálise de encontrar nas técnicas, então à sua disposição, um modelo que, por metáfora, explicasse o funcionamento da memória. Ora, Freud afirma e reafirma os limites de todos os modelos que conhecia, a folha de papel e a ardósia. Era o bloco mágico que estava à disposição de Freud naquele momento da história da técnica. Hoje temos

modelos mais potentes, mais refinados, mais complicados. O que nos leva a pensar que não é o modelo externo e mecânico que deve limitar nosso entendimento da memória. Não é a memória viva que deve se conformar às técnicas de arquivamento que conhecemos; ao contrário, a evolução da técnica é que deve cada vez mais se aproximar do seu funcionamento, até o ponto em que o aparelho psíquico seja “melhor representado” pelas novas formas de impressão, de reprodução, de formalização de arquivos. Faz sentido a pergunta de Derrida, 28 anos depois, quando nos incita a refletir sobre o que teria feito Freud se tivesse tido à sua disposição as novas próteses da memória viva. Se Freud tivesse conhecido as mais recentes formas de arquivamento virtual. E se, em vez de uma lousa mágica, Freud tivesse conhecido cartões de memórias, celulares, HD’s, a Internet? Intrigante, mesmo que sem a possibilidade de resposta precisa uma vez que o questionamento de Derrida em *Mal de arquivo* é justamente o comprometimento de Freud com o uso de uma metáfora externa para explicar um processo interno. Dito de outra forma, Freud usou o bloco mágico como metáfora do processo de registros da memória. A pergunta que somente Freud poderia responder é: Freud conceberia o trabalho de arquivamento da memória de outra forma se, em vez do bloco mágico, tivesse a seu dispor a metáfora das memórias virtuais? Derrida provoca ainda mais quando afirma em *Mal de arquivo*: “a estrutura técnica do arquivo *arquivante* determina também a estrutura do conteúdo *arquivável* em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro” (p.29). Nesse sentido, Derrida aposta que sim, mas o que seria exatamente a explicação para a memória e suas implicações para o corpo teórica da psicanálise foge a toda possibilidade de antecipação.

Mas voltemos à memória, ao arquivo que fornece ao sonho seu material de trabalho. “Uma nota sobre o bloco mágico” descreverá o aparelho da percepção e a origem da memória detalhadamente. Nesse ponto, a lousa mágica como aparelho de escrita⁶² oferecia a vantagem de atender à dupla demanda contraditória: a capacidade de conservar os traços e, simultaneamente, a capacidade de permanecer virgem para receber novas impressões.

A metáfora, aqui a analogia entre os dois aparelhos e a possibilidade de sua relação representativa, coloca uma questão que, apesar de suas premissas e por razões talvez

⁶²Eis a descrição que Freud faz do funcionamento da lousa mágica: “O bloco mágico é uma prancha de cera ou de resina, de cor castanho-escura, com uma borda de papel. Por cima, uma folha fina e transparente, solidamente fixada na prancha em sua extremidade superior, enquanto sua borda inferior repousa livremente sobre ela. Essa folha constitui a parte mais interessante desse pequeno dispositivo. Ela própria compõe-se de duas camadas que podem ser separadas uma da outra salvo em suas duas extremidades. A camada superior é uma folha de celuloide transparente; a camada inferior é uma folha de cera fina, portanto, transparente. Quando o aparelho não está em uso, a superfície inferior do papel de cera adere levemente à superfície superior da prancha de cera. Para utilizar o bloco mágico, escreve-se sobre a parte de celuloide da folha que cobre a prancha de cera. Para isso não é necessário lápis ou giz, pois a escrita não depende da intervenção do material sobre a superfície receptora. Constitui um retorno à forma como os antigos escreviam sobre pranchas de argila ou cera. Um estilete pontiagudo arranha a superfície, cujas depressões produzem o “escrito”.

essenciais, Freud não tornou explícita, mesmo que ele a tenha conduzido ao limiar de seu tema e de sua urgência. A metáfora como retórica ou didática só é aqui possível através de uma metáfora sólida, através da produção não "natural", histórica, de um a máquina *suplementar unindo-se* à organização psíquica para *suprir* sua finitude. A própria idéia de finitude é derivada do movimento dessa suplementaridade. A produção histórico-técnica dessa metáfora que sobrevive à organização psíquica individual, até mesmo genérica, é de uma ordem totalmente diferente daquela da produção de uma metáfora intra-psíquica, supondo que essa exista (e não basta falar dela para que exista), e de qualquer elo que as duas metáforas estabeleçam entre si. Aqui, a questão da *técnica* (seria preciso, talvez, encontrar outro nome para arrancá-la de sua problemática tradicional) não se deixa derivar de uma oposição evidente entre o psíquico e o não-psíquico, entre a vida e a morte. A escrita é aqui *τέχνη* [*techné*], como relação entre a vida e a morte, entre o presente e a representação, entre os dois aparelhos. Ela abre a questão da técnica: do aparelho em geral e da analogia entre o aparelho psíquico e o aparelho não-psíquico. Nesse sentido, a escrita é o palco a história e o jogo o mundo. Ela não se deixa esgotar por uma simples psicologia. Isso que, no discurso de Freud, se abre ao seu tema, faz com que a psicanálise não seja uma simples psicologia, nem uma simples psicanálise (DERRIDA, 1967:254).

Nesse trecho, Derrida coloca seu questionamento. O tratamento da metáfora em Freud coloca a questão da divisão entre a memória interna e viva e a escrita como técnica exterior e morta. Da necessidade que ele teve de usar um aparelho de escrita como metáfora para explicar o funcionamento da memória, sem se questionar sobre o que falara a respeito de a morte já habitar a vida desde sempre, desde a instituição da memória. O estar no mundo do psíquico, a representação, não é um acidente que venha surpreender a memória viva, interna e idêntica a si. Disso tudo fica o que Derrida afirma sobre a escrita instituir a questão da técnica a partir da relação entre a morte e a vida. A metáfora técnica, pensada como externa e morta, deveria nos fazer pensar que essa divisão entre um dentro e um fora, que essa necessidade de um suplemento é o índice da própria ideia de finitude como parte da memória e da vida, como recalque originário.

É justo, pois afirmar que Freud, ao descrever a memória, encenou-nos a cena da escrita.

Mas, qual é mesmo a história que nos conta toda essa cena? É necessário aqui, posteriormente, reconstruir, resumir, retrçar os rastros dessa cena. Freud concebeu a memória como um aparato auxiliar externo da consciência presente e viva. Um aparelho morto, conservador em reserva das impressões psíquicas de forma que, no momento necessário, poderiam servir de fonte de consultas. Onde encontrar no mundo, materializado, um aparelho que servisse de analogia para descrever esse funcionamento? Freud encontra a lousa mágica. Mágica porque diferente de todos os substratos clássicos de escrita. O papel ou a ardósia não correspondem ao trabalho do psíquico: reter permanecendo capaz de receber. Todas as superfícies clássicas de escrita encontram-se inseridas na lógica da projeção externa. Nessa perspectiva, a escrita só pode ser externa. Ela teria como finalidade única a projeção externa de uma verdade interna, da voz viva da qual está irremediavelmente separada. Daí a dificuldade em se pensar um suporte em que harmonizariam a dupla exigência definida desde o *Projeto*. Como

imaginar um *duplo* sistema num mesmo aparelho? A lousa mágica. Um aparelho externo materializado que resolve essa dificuldade. Esse aparato de escrita, assim como o aparelho perceptual, consiste em três camadas: um suporte de cera ou resina como o inconsciente; um papel encerado onde a escrita se produz de fato, mas apenas no contato que mantém, periodicamente, com o suporte de cera; uma camada de celuloide que protege o papel encerado do risco, que deve sobreviver ao presente do risco, à pontualidade que afinal põe em risco a organização psíquica. A camada que recebe os estímulos, o sistema *Pcpt-Cs*, não conserva traços permanentes. Esses traços permanentes retidos indefinidamente ocorrem num sistema contíguo, no inconsciente de cera ou resina. É assim que a escrita substitui a percepção. A percepção é desde sempre escrita originária, anterior ao aparecimento a si mesma.

A consequência para o ato da leitura é possível inferir aqui. Ler um arquivo, uma escrita consignada, uma memória, não é ter acesso a uma originalidade presente na letra, mesmo que, como afirma Derrida, deixemo-nos seduzir pela materialidade da escrita que nos impressiona como objeto permanente, como arquivo que se oferece a uma operação arqueológica. O pesquisador tem um culto narcísico da coisa arquivada. O arquivo como saber absoluto está irremediavelmente perdido desde a sua instituição. Ler o arquivo, traduzir sua língua, desvendar seu enigma não é aceder a uma verdade intemporal e congelada no tempo; é ao contrário, só-depois construí-los, traçar seus rastros sempre e originariamente apagados, é tecer um outro texto como única possibilidade.

Essa é, pois a primeira cena da escrita que se desenrola aos olhos de Derrida; ao analisar, ao escutar de outra forma o texto de Freud, aquilo que ele dizia sem dizer, melhor dizendo, escrevia sem escrever. Como todos os que sabem escrever, Freud fez a cena se desdobrar, se reescrever e se denunciar naquilo que ela (não) falava. Derrida fez a mesma cena denunciar ainda mais. Essa cena freudiana só pôde nascer encenada a partir de uma leitura produzida por Derrida. Um novo sentido dado por sua tradução, sentido latente, certamente, mas que se construiu na leitura suplementar. Só depois re-significada. Essa leitura derridiana não supõe um texto freudiano preexistente, mas, ao contrário, institui-lhe *a posteriori*.

Mas aqui não falamos de uma escrita qualquer. Freud, nesse mesmo texto sobre o bloco mágico pelas mãos de Derrida, nos leva a pensar num novo conceito de escrita a partir do material onírico que tem nos traços da memória um de seus ingredientes.

Segunda cena da escrita.

Derrida considera a metáfora freudiana um primeiro passo em direção à representação do psíquico como um aparato de escrita. Uma escrita não fonética. Podemos entender que o sonho vai buscar seu material num contexto de traços de memória que não são necessariamente ligados à palavra, ou seja, o material usado na elaboração do sonho pode ser descrito como não lingüístico, a-lógico. Não nos esqueçamos de que, “*a lógica obedece à consciência, ou à pré-consciência, lugar das representações verbais; ao princípio de identidade, expressão fundadora*

da filosofia da presença” (DERRIDA, 1967:233). Mas, o mesmo não acontece com o sonho, nem com o inconsciente. Nesses, a lógica da não contradição e da linguagem linear é desconhecida; a palavra é mera coadjuvante. Numa nota, Derrida precisa.

A escrita psíquica, por exemplo, aquela do sonho que “segue facilidades antigas”, simples momento na regressão em direção à escritura “primária”, não se permite ler a partir de nenhum código. Provavelmente, ela trabalhe com uma massa de elementos codificados ao longo de uma história individual ou coletiva. Mas, em suas operações, seu léxico e sua sintaxe, um resíduo puramente idiomático é irreduzível, que deve suportar o peso da interpretação na comunicação entre os inconscientes. O sonhador inventa sua própria gramática. Não existe material significante ou texto prévio que ele se *contentaria* em utilizar, mesmo que dele não se prive jamais (DERRIDA, 1967:235).

A interpretação do sonho como “massa de elementos codificados” passa a ser, então, a leitura e a decifração de uma linguagem, melhor dizendo de uma escrita, que não mais obedece a nenhuma codificação possível, não se submete à lógica da consciência, à linearidade da linguagem, como se fossem signos bastante substituíveis por outros, uma totalidade ininteligível que se deixaria transportar total e completamente para uma linguagem cristalina. Para Freud, os sonhos têm uma linguagem totalmente particular, estão dotados de um resto puramente idiomático e foram tecidos segundo os mecanismos já identificados por Warburton na escrita hieroglífica: a condensação, o deslocamento e a sobredeterminação. Apesar de, aparentemente como assinala Derrida, Freud não ter tido conhecimento do trabalho de Warburton⁶³. E podemos recuperar a citação que fiz de Freud sobre a linguagem onírica e a interpretação dos psicanalistas como uma forma de tradução de um método estranho de expressão, de uma língua arcaica com todas as peculiaridades de um idioma individual, em que cada “sonhador inventa sua própria gramática”. Uma gramática individual, uma linguagem idiomática suporta muito mal a generalização, a formalização. E Freud confirma a possibilidade de um componente puramente idiomático, peculiar à gramática individual do sonhador – qualquer coisa de secreta que, em última análise, seria o nome próprio a que Derrida sempre faz referência. Quando sonho, minha língua é a tal ponto idiomática que chega a ser desconhecida de mim mesma. Tão desconhecida a ponto de me ser estranho o gesto de traduzi-la na língua que reconheço em meu estado de vigília. No fundo, quando relato meu sonho a mim mesma ou a outro, traduzo meu idioma numa língua a que chamo materna, a língua da pré-consciência, uma língua que na verdade não é, nunca foi e nunca será minha. É nessa tradução que meu sonho se constrói, é

⁶³Warburton, autor de *la Mission divine de Moïse*. A quarta parte de sua obra foi traduzida em 1744 sob o título *Essais sur les Hiéroglyphes des Égyptiens, où l'on voit l'Origine et le Progrès du langage et de l'écriture, l'Antiquité des Science en Égypte, et l'Origine du culte des Animaux*. Tal obra teve uma influência considerável. Toda a reflexão daquela época sobre a linguagem e os signos foi por ela marcada. Os redatores da *Encyclopédie*, Condillac, e por seu intermédio, Rousseau, também dela se valeram, adotando em especial o seguinte tema: o caráter originariamente metafórico da linguagem.

essa história inventada *a posteriori* que estabelece o sonho que tive. No sonho, o “mesmo” material pode variar de sonhador para sonhador; no sonhador, de contexto para contexto.

Se, por um lado, na tradução do sonho entre duas linguagens, incide um limite horizontal, esse limite não é fortuito. Segundo Derrida, esse princípio obedece também a uma perspectiva vertical, em relação ao aparelho psíquico, no trânsito entre seus diferentes níveis de inscrição. Nas palavras de Derrida,

Considerando primeiro a expressão verbal, tal como está circunscrita no sonho, percebe-se que sua sonoridade, o corpo da expressão, não desaparece diante do significado, ou pelo menos não se deixa atravessar e transgredir como faz no discurso consciente. Age como tal, segundo a eficácia que Artaud lhe destinava na cena da crueldade. Ora, um corpo verbal não se deixa traduzir ou transportar para uma outra língua. Ele é exatamente aquilo que a tradução abandona. Abandonar o corpo, tal é a própria energia essencial da tradução. Quando ela reinstitui um corpo, ela é poesia. Nesse sentido, se o corpo do significante constitui o idioma de toda cena onírica, o sonho é intraduzível: “O sonho depende tão intimamente da expressão verbal, que Ferenczi pôde apropriadamente assinalar: cada língua possui sua própria língua onírica. Em regra geral, um sonho é intraduzível em outras línguas e um livro como esse não tem melhor sorte, pelo menos é assim que pensava”. Aquilo que aqui vale para uma língua nacional determinada vale, *a fortiori*, para uma gramática individual (1967:236).

E Freud mais adiante constata:

Parece-nos mais apropriado comparar o sonho a um sistema de escrita do que a uma língua. De fato, a interpretação de um sonho é totalmente análoga ao decifrar de uma escrita figurativa da Antiguidade, como os hieróglifos egípcios. Nos dois casos, há elementos que não são determinados para a interpretação ou para a leitura, mas devem assegurar apenas, enquanto determinativos, a inteligibilidade dos outros elementos. A plurivocidade dos diferentes elementos do sonho tem o seu paralelo nos antigos sistemas de escrita... Se até aqui essa concepção da encenação do sonho não foi posta em operação, isso se deve a uma situação facilmente compreensível: o ponto de vista e os conhecimentos com os quais o linguista abordaria um tema como esse do sonho escapam totalmente ao psicanalista (*G.W.* p. 404-405).

É esse, portanto, o duplo limite imposto à tradução; limite e não impossibilidade. Um duplo limite imposto pela heterogeneidade que marca os espaços e as linguagens (insistindo em chamar de linguagem a expressão arcaica de que se vale o sonho). A tradução dos sonhos está limitada, tanto no constrangimento imposto pelo trânsito difícil entre uma linguagem pictográfica, multacentrada e uma linguagem fonética linear, quanto pelo trânsito de material entre os diferentes níveis do psíquico: do inconsciente para o consciente, por exemplo, que não aceita o pensamento de contiguidade espacial.

Ao deslocar a noção de tradução como movimento topográfico, Freud também produz um deslocamento da noção de tradução como representação. A relação entre o original e a tradução sempre esteve marcada pelas mesmas estruturas que marcam o pensamento ocidental,

a exterioridade da escrita. Está em questão a existência de um texto original e presente que seria secundariamente transposto para outro lugar, para fora de si. Nos limites dessa metáfora, o texto original se vê ameaçado por um elemento externo; a tradução que vem macular sua pureza vem como índice da ausência e da morte. Se a metáfora da tradução em seu sentido “propriamente dito” é usada impropriamente para descrever a tradução psíquica, talvez fosse o caso de renunciar a engessar a noção de tradução psíquica segundo os limites de sua metáfora externa, aquilo “que fazem tradutores quando deslocam um texto de uma língua natural à outra”, e pensar a possibilidade de renovar o conceito de tradução segundo as operações psíquicas de tradução. É o sentido “próprio” atribuído ao conceito de tradução que é preciso rever. A tradução psíquica como o sentido próprio e a tradução como a conhecemos como sua metáfora. Freud insiste sobre a ausência de um texto original. Freud “desconstrói” a idéia do texto original pré-existente que se ofereceria à tradução. E podemos pensar que é a própria tradução que é originária. É a tradução que institui – *après coup* – um original que jamais existiu *como tal* antes dela. É a tradução que institui a possibilidade de um original – a tradução manifesta construindo o original latente. A suposta tradução que se faz do texto manifesto perde o estatuto de operação secundária. Em vez de deformar, ela o institui; em vez de macular e desfigurar, ela o constrói e o torna possível como existência. A tradução não é, pois, vista como a sobrevida do texto, mas um suplemento de sua vida mesma. O texto original psíquico não existe em si, sua existência só é possível através de sua tradução, de um investimento que se faz sobre seus traços, sobre sua diferença.

A tradução é um ato de escolha do tradutor e nesse gesto de escolha necessariamente uma cadeia de rastros que envolve um termo original é perdida, perde parte de sua força. A nova palavra escolhida pelo tradutor limita o jogo e, muitas vezes, insiste num nível de significação como depositário de todo o significado, cego ao caráter momentâneo de seu investimento semântico. Palavras que trabalham no silêncio de uma rede semântica que está lá na condição espectral. Sem falar que as escolhas do tradutor abrem um novo jogo, uma nova rede em disseminação. Assim, os diferentes significados possíveis de um original fixam-se pelos gestos de seus vários tradutores, *a posteriori*, quando se realizam as significações antes apenas virtualmente possíveis. É a tradução que dá significado ao original, instituindo-o a partir de si.

Contra toda essa força institucional arquivante, lembremos a força demoníaca que trabalha para apagar seus próprios traços. O arquivo *tem lugar* no lugar da falta, isto é, ele só é possível em razão da falta originária e estrutural da chamada memória. A lógica suplementar, antes de denunciar uma exterioridade, denuncia com mais força a falta já na origem. Ter necessidade de um arquivo é se confessar incompleto, dividido, meio morto. Derrida pinça disso um paradoxo: se não há arquivo sem lugar de consignação, lugar exterior que assegure a possibilidade de repetição, de resgate, de reprodução de leitura e tradução, como não levar em conta que a repetição, sua lógica é, segundo Freud, indissociável da pulsão de morte, da

destruição parcial e necessária até para que qualquer coisa seja consignada? (cf. Ibidem, p. 23). A pulsão de morte é aquilo que ameaça todo desejo de arquivo. A isso Derrida chama de “mal de arquivo”. Mas, mal de arquivo também nomeia a febre arqueológica compulsiva do desejo de recuperar a memória. O desejo de arquivo implica já em si a possibilidade de destruição. Nessa inserção de Freud na história da técnica, na elaboração de tudo o que envolve a recuperação do passado através de seus arquivos, está em jogo a possibilidade de recuperação histórica. Porque o arquivo é um penhor endereçado ao futuro.

A teoria da psicanálise tornou-se, portanto, também uma teoria do arquivo. Esse modelo circunscrito não deixou de incorporar também a pulsão de destruição ou de morte, que Derrida também propõe chamar de *pulsão de arquivo* (cf. p.30-32). Não haveria desejo de arquivo sem a possibilidade da finitude radical e original, sem a possibilidade da perda radical ou da morte. Não haveria arquivo sem a luta de forças, sem uma pulsão de arquivamento e sem uma pulsão de destruição que vem ameaçar sua possibilidade. Para Derrida:

O limite (entre o dentro e o fora, o vivo e o não-vivo) não separa simplesmente a fala da escrita, mas institui a memória como desvelamento, (re-)produzindo a presença e a rememoração como repetição do monumento: sua verdade, seu signo, o ente e o tipo. O “fora” não começa na junção do que chamamos atualmente o psíquico e o físico, mas no ponto em que *amnème*, em vez de estar presente a si em suma vida, como movimento da verdade, deixa-se suplantar pelo arquivo, deixa-se excluir pelo signo de uma re-memoração ou de com-memoração. O espaço da escritura, o espaço como escritura, abre-se no movimento violento dessa suplência, na diferença entre *mnème* e *hypómnesis*. O fora já está *no* trabalho da memória. O mal insinua-se na relação a si da memória, na organização geral da atividade mnésica. A memória é por essência finita. (1997: 55-56).

Para nos aproximarmos de uma conclusão e pensar um pouco sobre as questões envolvidas na leitura, na análise como decifração, seria oportuno aqui em especial pensar a proximidade inquietante que Freud estabeleceu com a arqueologia, essa ciência da decifração dos rastros deixados como um arquivo. Jean Laplanche (1991) reflete sobre a teorização clássica da interpretação analítica num texto: “*L’interprétation entre déterminisme e herméneutique: une nouvelle position de la question*”⁶⁴. Discutindo a interpretação segundo os modelos clássicos da historiografia e da arqueologia ele se interroga: “não seria um modelo falacioso para nossa disciplina?” (p.1298). Ele questiona: “*A arqueologia na psicanálise não encontraria então um sentido mais profundo?*”. Segundo a recuperação de Laplanche, a arqueologia possui três ancestrais: o amador da arte, o viajante e o saqueador de túmulos e sepulturas. O que une os três é o amor pelo *objeto em si*. O amor pela busca do momento em que a impressão tomou lugar, possivelmente revirando os manuscritos arqueológicos de Freud.

⁶⁴Revue Française de Psychanalyse, 5/1991.

Para Laplanche, é a procura da emoção ligada ao objeto exumado do passado, uma exumação que rompe as ligações e rodeia o objeto de um rebordo invisível. (1991: 1300). Nesse contexto, é o objeto em si que congrega a força arquivante. Mas, Laplanche quer pensar numa nova perspectiva e vai buscar na arqueologia moderna uma nova forma de ler os arquivos. Para ele, os arqueólogos já compreenderam que revirar as ruínas implica uma destruição irreparável.

Pensando a camada arqueológica como um livro, ele crê que se lê destruindo cada página durante a leitura, e que se tratará de reconstruir posteriormente (Ibidem). Entretanto, segundo a postura da nova arqueologia, se uma destruição metódica coexiste com a procura pelo objeto material, até mesmo das ruínas: a procura pelas relações tornou-se mais importante que os objetos – (Ibidem). E desde o que o que está em questão é o sentido da busca arqueológica, podemos retornar a Freud e ver o que diz sobre o tema. Em “O mal estar na civilização”, seguindo as indicações de Laplanche, Freud afirma que nada daquilo que se produziu uma vez desaparece. A comparação, ainda segundo Laplanche, de que Freud vai lançar mão para explicar isso não é outra senão aquela de um sítio arqueológico. Pensando nesse sítio arqueológico que é o ser humano, Freud nos fala das construções em Roma; a analogia vai tentar explicar esse sítio humano comparando-o naquilo que ele tem de diferente da arqueologia tradicional. E permitam-me ainda uma última longa nota em que aproximamos o tema da arqueologia, dos arquivos e das leituras. Citando Freud⁶⁵:

Os historiadores nos dizem que a Roma mais antiga foi a *Roma Quadrata*, uma povoação sediada sobre o Palatino. Seguiu-se a fase dos *Septimontium*, uma federação das povoações das diferentes colinas; depois, veio a cidade limitada pelo Muro de Sérvio e, mais tarde ainda, após todas as transformações ocorridas durante os períodos da república e dos primeiros césores, a cidade que o imperador Aureliano cercou com as suas muralhas. Não acompanharemos mais as modificações por que a cidade passou; perguntar-nos-emos, porém, o quanto um visitante, que imaginaremos munido do mais completo conhecimento histórico e topográfico, ainda pode encontrar, na Roma de hoje, de tudo que restou dessas primeiras etapas. À exceção de umas poucas brechas, verá o Muro de Aureliano quase intacto. Em certas partes, poderá encontrar seções do Muro de Sérvio que foram escavadas e trazidas à luz. Se souber bastante — mais do que a arqueologia atual conhece —, talvez possa traçar na planta da cidade todo o perímetro desse muro e o contorno da *Roma Quadrata*. Dos prédios que outrora ocuparam essa antiga área, nada encontrará, ou, quando muito, restos escassos, já que não existem mais. Seu sítio acha-se hoje tomado por ruínas, não pelas ruínas deles próprios, mas pelas de restaurações posteriores, efetuadas após incêndios ou outros tipos de destruição. Também faz-se necessário observar que todos esses remanescentes da Roma antiga estão mesclados com a confusão de uma grande metrópole, que se desenvolveu muito nos últimos séculos, a partir da Renascença. Sem dúvida, já não há nada que seja antigo, enterrado no solo da cidade ou sob os edifícios modernos. Este é o modo como se preserva o passado em sítios históricos como Roma. Permitam-nos agora, num vôo da imaginação, supor que Roma não é uma habitação humana, mas uma entidade psíquica, com um passado semelhantemente longo e abundante — isto é, uma entidade onde nada do que outrora surgiu desapareceu e onde todas as fases anteriores de desenvolvimento continuam a existir,

⁶⁵“O mal-estar na civilização”. Vol. XXI.

paralelamente à última. Isso significaria que, em Roma, os palácios dos césores e as *Septizonium* de Sétimo Severo ainda se estariam erguendo em sua antiga altura sobre o Palatino e que o castelo de Santo Ângelo ainda apresentaria em suas ameias as belas estátuas que o adornavam até a época do cerco pelos godos, e assim por diante. Mais do que isso: no local ocupado pelo Palazzo Cafarelli, mais uma vez se ergueria — sem que o Palazzo tivesse de ser removido — o Templo de Júpiter Capitolino, não apenas em sua última forma, como os romanos do Império o viam, mas também na primitiva, quando apresentava formas etruscas e era ornamentado por antefixas de terracota. Ao mesmo tempo, onde hoje se ergue o Coliseu, poderíamos admirar a desaparecida Casa Dourada, de Nero. Na Praça do Panteão encontraríamos não apenas o atual, tal como legado por Adriano, mas, aí mesmo, o edifício original levantado por Agripa; na verdade, o mesmo trecho de terreno estaria sustentando a Igreja de Santa Maria sobre Minerva e o antigo templo sobre o qual ela foi construída. E talvez o observador tivesse apenas de mudar a direção do olhar ou a sua posição para invocar uma visão ou a outra (FREUD, 1974: 04).

É inegável que Freud aí vê uma curiosa coexistência entre os paradigmas da arqueologia e da memória, mas de outra perspectiva. Estranhamente, no sítio arqueológico do psíquico, o que vemos são sobreposições de imagens sem uma sucessão temporal que organize seus objetos. Imagens independentes umas das outras, incapazes de contar uma história segundo a linha temporal com a qual a arqueologia tradicional costuma trabalhar. Contando uma história em que os estratos, as camadas se sobrepõem sem seguirem a lógica da não contradição. Esses estratos de memória podem se rearranjar e se reescrever segundo diferentes perspectivas que podem emergir do trabalho de leitura e de tradução. Essa estranha imagem arqueológica de Roma segue a mesma organização dos sonhos descrita em “Freud e a cena da escrita”. Derrida, chama nossa atenção para a forma como o sonho organiza os elementos com os quais trabalha, aplicando neles sua lógica, sua gramática, seus recursos e que em nada lembram a linearidade temporal da escrita fonética. Não é surpresa, portanto, que Freud, para sugerir a estranheza das relações lógico-temporais no sonho, apele constantemente à escrita, à sinopse espacial do pictograma, do rébus, do hieróglifo, da escrita não fonética em geral. Sinopse e não estase: cena e não quadro. O laconismo, o lapidário do sonho, não é a presença impassível de signos petrificados. A interpretação descompõe os elementos do sonho. Fez aparecer o trabalho de condensação e de deslocamento. É necessário ainda dar conta da síntese que compõe e encena. É preciso interrogar os recursos da encenação (*die Darstellungsmittel*). Um certo policentrismo da representação onírica é inconciliável com o desenrolar aparentemente linear, unilinear, das puras representações verbais. A estrutura lógica e ideal do discurso consciente deve, portanto, submeter-se ao sistema do sonho, subordinar-se como uma peça de seu maquinário, “as porções separadas dessa complicada formação mantêm, naturalmente, umas com as outras, as mais diversificadas relações lógicas. Podem representar o primeiro e o segundo planos, digressões e esclarecimentos, antecipam condições, demonstrações e contra argumentos. Quando a massa inteira desses pensamentos do sonho é submetida à pressão do trabalho do sonho, e quando seus elementos são torcidos, fatiados e aglutinados – quase como uma massa de gelo – surge a

questão de saber o que acontece às conexões lógicas que até então formaram a estrutura. Como o sonho encena o “se”, o “porque”, o “como”, o “embora”, o “ou... ou”, e todas as outras conjunções sem as quais frases ou discursos nos seriam inteligíveis?”.

Nesse sítio arqueológico, onírico, e, portanto psíquico, a investigação arqueológica deve mudar de posição, de objetivo e de estratégia, decompondo sua condensação, reestruturando sua encenação. Para Laplanche, a imagem arqueológica que assombra a psicanálise, como assombrou Freud desde suas cartas a Fliess até os últimos dias de sua vida, está longe de ter nos oferecido toda a sua verdade (cf. 1991, p.1305). Pois, trata-se aqui não da rememoração em si a partir da recuperação dos objetos isolados, mas de rastros como traço de memória ou traços de lembranças, “que não são necessariamente mais, falsos, mas que contêm um ‘nó de verdade’ mais essencial que a lembrança consciente banal” (Ibidem, p.1306). Como se o que estivesse em questão não fosse a rememoração em si, mera exumação de objetos, mas de, a partir dos rastros, secundários por assim dizer, deixados pela lembrança, as ruínas daquilo que ficou embaralhado em seguida ao recalçamento, reconstruir as relações daquilo que nunca esteve lá. Traços que não são simplesmente lembranças, porque rastros de lembranças estão desgarrados de sua origem. A verdade material não deve ser confundida com a verdade psíquica na qual “uma *tentação* de assassinato *pode* se equivalera um assassinato” (Roudinesco, 2001: 304). O sítio arqueológico do psíquico não tem que se assemelhar ao sítio arqueológico com o qual a história imagina trabalhar. A realidade psíquica carrega um poder de verdade que não tem necessariamente que estar ligado a traumas reais da vida de um personagem e que teria, portanto, deixado provas materiais de sua existência.

Eis, portanto, a fascinação da psicanálise pela arqueologia. Mas, ainda aqui, vê-se o quanto ela teria a aprender com Freud. Naquilo que ele, também aqui, diz sem falar. Para o próprio Freud, dentre as diferentes atividades ligadas à análise, está um processo de construção, de reconstrução. No texto “Construções em análise”, ele fala da tarefa do analista, que não é diferente daquela do tradutor.

Qual é, então, sua tarefa? Sua tarefa é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, *construí-lo*. A ocasião e o modo como transmite suas construções à pessoa que está sendo analisada, bem como as explicações com que as faz acompanhar, constituem o vínculo entre as duas partes do trabalho de análise, entre o seu próprio papel e o do paciente. Seu trabalho de construção, ou, se preferir, de reconstrução, assemelha-se muito à escavação, feita por um arqueólogo (vol XXIII, § primeiro).

O que poderia ser a reconstrução ou tradução na análise? Segundo o raciocínio de Laplanche, a reconstrução não seria, essencialmente, aquela de um evento histórico do passado surpreendido pelo esquecimento. Seria, ao contrário, um novo ordenamento dos elementos fornecidos. Seria a tentativa de tradução daquilo mesmo que foi deixado para trás pela tradução:

a língua cifrada da psique com sua gramática peculiar a cada sonhador. Seria, mais ainda, a reconstrução de uma defesa, de um recalçamento, aquilo que falhou em ser traduzido. Reconstrução sobre rastros que sobreviveram à pulsão de destruição e de morte, *para sempre* perdidos, sem nunca antes terem sido percebidos, sem nunca antes terem sido impressos. Portanto, um arquivo que carrega um nome próprio e uma assinatura não é um sítio arqueológico simples que se deixaria investigar revelando além de seus objetos também suas relações e articulações. Toda escrita, porque organiza tanto quanto desorganiza, seus brancos, suas entrelinhas, seus ditos e não ditos, seus escritos e apagados devem ser levados em conta. Para Derrida,

[...] o arquivo reserva sempre um problema de tradução. Singularidade insubstituível de um documento a interpretar, a repetir, a reproduzir, cada vez em sua unicidade original, pois um arquivo deve ser idiomático, e ao mesmo tempo, ofertado e furtado à tradução, aberto e subtraído à iteração e à reprodutibilidade técnica. Nada é, portanto, mais perturbante e mais perturbador hoje que o conceito arquivado nesta palavra arquivo. O que é mais provável, contudo, e mais claro, é que não é à toa que a psicanálise está metida nesta perturbação (2001b, p.118, tradução modificada).

Eu poderia recorrer a tudo que eu já disse no texto anterior sobre a relação entre o original e sua tradução. E retorno: “É a tradução que institui *–après coup* – um original que jamais existiu *como tal* antes dela”. A suposta tradução que se faz do texto manifesto perde o estatuto de operação secundária. Em vez de deformar, ela o institui, em vez de macular e desfigurar, ela o constrói e o torna possível como existência. A tradução não é, pois, vista como a sobrevida do texto, mas um suplemento de sua vida mesma. O texto original psíquico não existe em si, sua existência só é possível através de sua tradução, de um investimento que se faz sobre seus traços, sobre sua diferença. Como se os cacos titubeantes apenas deixassem entrever as formas da ânfora quebrada. A ânfora inteira, o original idêntico a si mesmo não pré-existe a uma tradução craquelada que a representa mal montada, mal colada, defeituosa em outro espaço. Essa idealidade nunca existiu mesmo por inteira, anterior à catástrofe que lhe roubou a unidade, que tivesse sido quebrada por análise, por leitura ou por tradução, que a re-presenta noutro lugar. A ânfora como unidade, como um todo, só se deixa insinuar nos contornos de seus cacos colados posteriormente. Sua presença só pode ser sentida na sua “intenção” de unidade, através dos cacos que desenham seu perfil.

Traduzindo a psicanálise na cena que Derrida nos apresenta, enxertadas por intervenções minhas que aparecem entre colchetes, eu gostaria de registrar, abaixo, a cena tradutória que Derrida legou. Ele as organiza, nas páginas finais de *Mal de arquivo*:

“[...] graças à única, mas decisiva concepção de uma tópica do aparelho psíquico (e, portanto do recalque e da repressão segundo os lugares de inscrição, fora e dentro), Freud tornou possível o

pensamento de um arquivo propriamente dito, de um arquivo hipomnésico ou técnico, [...] (material ou virtual), que, no que já é um *espaço* psíquico, não se reduz à memória: nem à memória como reserva consciente nem à memória como rememoração, como ato de re-lembrar. Não obstante o recurso ao que considera um modelo de representação auxiliar, Freud mantém, invariavelmente, o primado da memória viva e da *anamnese* em sua temporalização original. Donde a promessa arqueológica, através da qual, a psicanálise, em seu mal de arquivo, tenta sempre voltar à origem viva daquilo mesmo que o arquivo perde, guardando-o numa multiplicidade de lugares. Há, [...] contudo, uma tensão incessante entre o arquivo e [o projeto d]a arqueologia, muito próximos, mas sempre heterogêneos, incompatíveis, *heterogêneos*, isto é, *diferentes quanto à origem, divorciados quanto ao arkhê*, [diferentes quanto à origem, tanto quanto ao sítio arqueológico que investigam]”. [Freud, arqueólogo incansável] tentou sem cessar reconduzir à arqueologia o interesse original que tinha pelo arquivo psíquico. [...] Cada vez que queria ensinar a topologia dos arquivos, isto é, do que deveria excluir ou interditar o retorno à origem, este apaixonado por estatuetas de pedras propõe parábolas arqueológicas. [No estudo sobre a histeria] É necessário sublinhar algumas palavras para marcar o momento mais importante... É o instante quase estático com o qual Freud sonha: quando o sucesso mesmo das escavações deve assinalar o apagamento do arquivista: *a origem fala por ela mesma*. [...] Ela se apresenta e comenta a si própria. As pedras falam! *Anamnese sem hipomnese!*” (p. 120).

A origem fala por si mesma. É isso que também espera Grubrich-Simitis, quando dá a seu livro o nome de *Freud: retour aux manuscrits. Faire parler des documents muets*. Se as pedras falam, por que não os manuscritos?

Mimetizando Derrida:

É minha vez de me retirar.

É sua vez de traduzir.

Referências Bibliográficas

BASS, Alan. Translator's Introduction. In DERRIDA, J. **Writing and difference**. Tradução de Alan Bass. Londres: Routledge, pp.ix-xx, 1982.

BEATO, Zelina. Derrida e a cena da tradução na cena da escrita de Freud. Campinas, 2005, Tese de Doutorado, IEL/UNICAMP.

DERRIDA, Jacques. Freud et la scène de l'écriture. In **L'écriture et la difference**. Paris : Éditions du Seuil, 1967.

_____. **Posições**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001a [1971].

_____. **Mal de arquivo. Uma impressão freudiana**. Tradução de Cláudia Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001b [1995].

_____. **Torres de Babel**. Tradução de Júnia Barreto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002 [1987].

DERRIDA, Jacques et ROUDINESCO, Elizabeth. **De quoi demain... dialogue**. Paris : Fayard et Galilée, 2001.

ELLMANN, Maud. **Deconstruction and Psychoanalysis**. In.: Deconstructions. A user's guide. Edited by Nicholas Royle., Houndmills: Palgrave, pp. 211-37, 2000.

FREUD, Sigmund. **Uma nota sobre o 'bloco mágico'**. In.: Obras Completas, Imago, p.283-290, 1976 [1924].

_____. Construções em análise. In.: **Obras Completas**. Imago, p.358-71, 1950.

_____. **Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (1869-1980). Versão integral da obra impressa preparada pela própria editora Imago.

GRUBRICH-SIMITIS, Ilse. **Freud: retour aux manuscrits. Faire parler des documents muets**. Paris : PUF, 1997.

LAPLANCHE, Jean. **L'interprétation entre déterminisme et herméneutique: une nouvelle position de la question**. Revue Française de Psychanalyse, 5/1991, (pp.1293-1317), 1991.

MICHAUD, Ginette. **Psychanalyse et Traduction: voies de traverse**. Apresentação do Volume XI. Psychanalyse et traduction: voies de traverse. Psychoanalysis and translation : passages between and beyond. Revista TTR 1999, pp.9-37, 1999.

OTTONI, Paulo. (org.) **Tradução a prática da diferença**. Campinas, 1998.

Abstract

Derrida's deconstruction has been profoundly influenced by Freud's psychoanalysis and in the two texts Derrida addresses Freud's works sheds light on the notions of writing, archive and translation, important issues in any analysis on the relation between memory, translation, and history. This coming together of Derrida and Freud entails the possibility to consider the concept of archive as not being reduced to memory as a conscious reservoir, neither as remembering and radically redefining translation as contingent reading – a certain form of counter signature.

Keywords: Writing, Memory, Translation.